

UMA LEITURA DE ALTHUSSER

Júlio Mariano Júnior *

INTRODUÇÃO

Para ler alguns textos de Althusser — um exercício reflexivo em torno do tempo histórico, sincronia, diacronia e da filosofia da história — procuramos tornar precisas algumas visadas e tentamos algumas conclusões. A tarefa poderia ser denominada **Para ler Althusser** e não se trataria de “jeu de mots” apenas pois o lúdico em filosofia, por esta ser profundamente densa em seriedade, tem tempo estrito e lugar reduzido. Os sorrisos da criada de Tales, falar de noites em que todas as vacas são pardas ou das corujas do anoitecer tem vez mui espaçada e propósito. O mesmo dizemos do apotegma de Spinoza: o conceito de cão não pode ladrar...

Tratando da **alétheia** que Marx realizou nos discursos da economia clássica e da contestação de fundo — a concepção ahistórica das categorias econômicas — também dos economistas clássicos, em **Para ler “O Capital”**, ao focar o objeto dessa obra de Marx, Althusser tem o capítulo IV com este título: “Os defeitos da economia clássica. Esboço do conceito de tempo histórico” (1). Como, diz Althusser, leitores economistas de “O Capital” encaravam o discurso desta obra como “especulativo”, era necessário fazer outras perguntas ao texto, era preciso **ver** o texto de outro modo:

“O que não viam, é que a teoria “abstrata” da economia política é a teoria de uma região que pertence organicamente como região (nível ou instância), ao próprio objeto da teoria da história. O que não veriam é que a história figura em “O Capital” como objeto de teoria e não como objeto real, como objeto “abstrato”

*Mestrando em Filosofia da História na PUC de Campinas.

(1) ALTHUSSER e BALIBAR — **Para leer El Capital**, “Los defectos de la economía clásica. Bosquejo del concepto de tiempo histórico”, págs. 101 a 129.

(conceitual), e não como objeto concreto-real; e que os capítulos onde Marx aplica o primeiro grau de um tratamento histórico, seja às lutas pela redução da jornada de trabalho, seja à acumulação capitalista primitiva, remetem à teoria da história, à construção do **conceito** de história e de suas “formas desenvolvidas”, sendo a teoria econômica do modo de produção capitalista em sua região determinada” (2).

Estão aí em jogo, na dinâmica teórica, e como percebemos, tanto a **história conhecimento** mas também a **história realidade**.

1 – A POSIÇÃO DE ALTHUSSER QUANTO À FILOSOFIA DA HISTÓRIA.

O CONCEITO DE TEMPO HISTÓRICO DE HEGEL.

Se nossa tarefa é uma leitura de textos de Althusser (3), convém expor resumidamente os seus pressupostos teóricos para que a exegese e a hermenêutica se completem e para não só motivar como fundamentar algumas conclusões nossas. A reflexão sobre a essência do pensamento de Althusser poderá mostrar a essência do tempo histórico.

Althusser é um teórico marxista **estruturalista**, não obstante rejeite ele este epíteto e mesmo porque se Marx já empregava o termo **estrutura** (infra-estrutura e sobreestrutura: **der unterbau e der aufbau**) em meados do século XIX, “o marxismo — retruca Althusser — não é um estruturalismo (4).

Sua epistemologia é a do materialismo histórico, ciência fundada por Marx como “uma ciência nova: ciência da História” (5).

A metodologia é a dialética e a análise estrutural (das totalidades e subtotalidades) permite “o conhecimento da estrutura das formações sociais e de sua história” (6).

Formam o campo de trabalho teórico (o verdadeiramente científico, não-ideológico), consoante Althusser: as ciências sociais e,

(2) Ob. cit., pág. 128.

(3) Um estudo posterior poderá ser a leitura de “Contraducción y sobredeterminación”, págs. 71 a 106 de **La Revolución Teórica de Marx** (trad. de **Pour Marx**; págs. 75 a 113 da trad. de Zahar Eds., com título: **Análise Crítica da Teoria Marxista**).

(4) Ob. cit., pág. 4. (5) Ibidem, pág. 9

(6) Ob. cit., pág. 10.

principalmente, o próprio domínio da teoria da história com os seus problemas. A tudo isto perpassa uma gnosiologia que distingue radicalmente o **objeto real** (o concreto real, a totalidade real) .do **objeto do conhecimento** (concreto-de-pensamento, produto do processo do conhecimento). O objeto do conhecimento é um **objeto-de-pensamento** de todo em todo distante do objeto real mas é o resultado de um processo mental que visa ao real concreto condicionado por **situação** e **relação** históricas, pela situação social do sujeito cognoscente no seu tempo (7).

Ora, Marx acusou a economia clássica de ter uma concepção ahistórica, fixa e abstrata das categorias econômicas do capitalismo. Era preciso **historicizar** as categorias econômicas para compreender sua natureza relativa e transitiva. Afirmar que tais categorias eram tão pouco eternas como as relações que expressavam não era a última palavra da crítica de Marx e gerou mal-entendidos agrupados em torno de um mal-entendido central: sobre a relação teórica do marxismo com a história, i. e, sobre o pretense historicismo radical do marxismo. Se Marx recusou-se a tomar as categorias econômicas como absolutas e eternas, considerando-as relativas e transitórias, estava em relação com Smith e Ricardo, como Hegel estava em relação com a filosofia clássica. Marx é Ricardo em movimento, como Hegel é Spinoza em movimento ou historicizado (8).

Mas não se trata de Marx hegelianizar ou dialetizar Ricardo, dialetizar um conteúdo já constituído e separado da verdade por um relativismo histórico porque não é o caso de se tomar a dialética como método em si, dado que ela é a lei de um conteúdo, pois ela dá ao mesmo tempo os princípios do conhecimento do objeto e as leis objetivas.

Há também outra confusão em torno do conceito de história.

Quando se afirma que a economia clássica tinha uma concepção da história, põe-se em relevo **um certo** conceito de história, um conceito de representação comum, um conceito não criticado e que, antes de ser uma solução, levanta um problema: é como tomar de Hegel ou da prática empírica dos historiadores o conceito de história e impô-lo a Marx sem crítica prévia a fim de que se saiba, antes, seu efetivo conteúdo. Há que se perguntar qual deve ser o conteúdo do conceito de história da problemática teórica de Marx.

(7) Ob. cit., págs. 46 e 47.

(8) Ob. cit., págs. 102 e 103.

No pensamento de Hegel a essência do histórico como tal corresponde a seu conceito de **tempo histórico**. Hegel definiu o tempo como o conceito em existência — **der daseiende Begriff** —, o conceito em existência empírica, e o tempo histórico é a reflexão, na continuidade do tempo, da essência histórica que encarna o momento de evoluir do conceito (aqui, entenda-se: **da Idéia**). O tempo histórico é a existência a refletir a essência da totalidade social (9) (10).

Para Althusser há duas características essenciais no tempo histórico hegeliano:

Uma é a **continuidade homogênea**, o reflexo da continuidade do desenvolvimento dialético da Idéia na existência; o tempo é um contínuo no qual ocorre o processo de desenvolvimento da Idéia. Todo o problema da história como conhecimento reside, assim, no corte deste contínuo segundo uma periodização que corresponde à sucessão de uma totalidade por outra. Aos momentos da Idéia correspondem períodos históricos cortados no contínuo do tempo.

Outra característica essencial do tempo histórico de Hegel é a **contemporaneidade do tempo**, i. e, a **categoria do presente histórico**, que é a condição de possibilidade da primeira. A contemporaneidade do tempo desdobra-se deste modo: a relação da totalidade social com sua existência histórica é **mediata** porque a existência é **imediate**; e na estrutura da existência histórica todos os elementos do todo coexistem sempre no mesmo tempo, são reciprocamente contemporâneos em um mesmo presente.

A estrutura da existência histórica da totalidade social hegeliana permite a Althusser esclarecer seu “corte de essência” — uma operação do intelecto pela qual, em qualquer tempo histórico, faz-se **um corte vertical**, “um corte tal do presente em que todos os elementos do todo, revelados por esse corte, estejam entre si em uma relação imediata que expresse imediatamente sua essência interna” (11).

O corte de essência refere-se a uma estrutura específica da totalidade social. Nesse corte todos os elementos estão co-presentes em essência e este se torna legível neles.

(9) Ob. cit., pág. 104.

(10) Na **Enciclopédia das Ciências Filosóficas** Hegel definiu: “O tempo, unidade negativa da exterioridade, é algo simplesmente abstrato e ideal. O tempo é o ser que, enquanto é, não é, e enquanto não é, é; o devir intuído...” (§ 258).

(11) Ob. cit., pág. 104.

Os **momentos** do desenvolvimento da Idéia na filosofia de Hegel têm referência à unidade em dois sentidos:

— o momento como fase de um desenvolvimento (que invoca a continuidade do tempo e provoca o problema técnico da periodização);

— o momento como fase do tempo, como presente, que é sempre fenômeno da presença do conceito a si mesmo e em todas suas determinações concretas.

A famosa fórmula hegeliana — **ninguém pode saltar sobre seu tempo** — é explicada pela presença absoluta e homogênea de todas as determinações do todo na essência atual do conceito, presença que possibilita o corte de essência.

O presente é o **horizonte absoluto** de todo saber pois todo saber é a existência do princípio interior do todo no próprio saber. A filosofia nunca ultrapassa os limites deste horizonte absoluto; ainda que voe pela tarde, pertence ao dia de hoje. O amanhã é-lhe proibido por essência. Por isto, a categoria ontológica do presente proíbe toda antecipação do tempo histórico, toda antecipação consciente do **futuro**.

Para Hegel, os “grandes homens” não prevêem nem conhecem o futuro, adivinham-no em pressentimento. E porque não há um saber sobre o futuro, não há uma ciência da política, um saber dos efeitos futuros dos fenômenos presentes (12).

2 — SINCRONIA E DIACRONIA. A ESTRUTURA SOCIAL.

Tem Althusser como base da distinção atual de **sincronia** e **diacronia** a concepção da história e de sua relação ao tempo de Hegel: uma concepção do tempo histórico contínuo-homogêneo, contemporâneo de si mesmo.

O sincrônico é a própria contemporaneidade, a co-presença da essência com suas determinações, o presente lido como estrutura em “corte de essência” porque o presente é a própria existência da estrutura essencial. O sincrônico supõe a concepção ideológica de um tempo contínuo-homogêneo. O dia crônico é somente o devir do presente na seqüência da continuidade temporal onde os “acontecimentos”, reduzidos da “história” em sentido estrito, são apenas presenças contingentes sucessivas na continuidade temporal.

(12) Ob. cit., pág. 106.

“Tanto o diacrônico, como o sincrônico que constitui o primeiro conceito — diz Althusser — supõem ambos as próprias características que temos revelado na concepção hegeliana do tempo: uma concepção ideológica do tempo histórico” (13).

Tal concepção é ideológica porque reflexo da concepção hegeliana do tipo de união dos elementos econômicos, políticos, religiosos, estéticos, filosóficos etc., do todo social. A totalidade social de Hegel é um “todo espiritual” no sentido leibniziano, um todo com todas as partes “conspirando” entre si, onde toda parte é “pars totalis”, com unidade dupla possível e necessária do tempo histórico — continuidade-homogênea/con-temporaneidade.

Há historiadores atualmente, como Lebvre, Labrouse, Brondel e outros, que levantam problemas mas não os explicitam em função da **estrutura do todo** estudado. Comprovam que há diferentes tempos na história: tempos curtos, medianos, longos, porém, não relacionam estas variedades como **variações** com a estrutura do todo que domina diretamente a produção dessas variações. Relacionam essas variações como algo mensurável pela duração, pelo tempo ordinário, com o tempo contínuo da ideologia (14).

Entende Althusser que é necessário interrogar rigorosamente a **estrutura do todo social** para se descobrir nela o segredo da concepção da história que dará o **dever** desse todo social. Se a estrutura do todo social é revelada, compreender-se-á a relação, **aparentemente sem problema**, que com ela tem a relação do tempo histórico.

Assim, a partir da concepção marxista da totalidade social, constituir-se-á a **concepção marxista do tempo histórico**.

O todo marxista tem uma complexidade, é a unidade de **um todo estruturado**, com níveis e instâncias distantes e “relativamente autônomos” que coexistem na unidade estrutural complexa e articulam-se pela — em última instância — determinação econômica (V. “Contradição e sobredeterminação” (15) e “Sobre a dialética materialista”.) (16)

A natureza estrutural da totalidade marxista (17) é explicada em:

“As relações de produção, em toda sociedade, formam um todo... Construindo, com as categorias da economia política, o

(13) Ob. cit., pág. 106.

(14) Ob. cit., pág. 107.

(15) ALTHUSSER — **La revolución teórica de Marx** (“Pour Marx”), págs. 71 a 106.

(16) **La revolución teórica de Marx**, págs. 132 a 181.

(17) **Para leer El Capital**, pág. 108.

edifício de um sistema ideológico, **deslocam-se os membros do sistema social...** Como pode a única **fórmula lógica do movimento da sucessão do tempo, explicar o organismo social no qual todas as relações econômicas coexistem simultaneamente, e se sustentam umas nas outras ?**” (18).

3 – REJEIÇÃO DO TEMPO CONTÍNUO-HOMOGÊNEO.

A coexistência ou articulação dos membros do “sistema social”, o próprio suporte dessas relações, não pode ser pensado por uma “lógica” do movimento temporal da sucessão.

Na estrutura total há uma hierarquia, uma diferença de nível de eficácia de uma [sub] estrutura dominante sobre as [sub] estruturas subordinadas e seus elementos.

A **dominância** de uma estrutura não se reduz à primazia de um centro nem a relação dos elementos com a estrutura se reduz à unidade expressiva da essência interior com os fenômenos. A dominância de uma estrutura sobre as outras, na unidade do todo, remete ao princípio da determinação “em última instância” das estruturas não-econômicas pela estrutura econômica.

Esta “determinação em última instância” é condição absoluta da necessidade e da inteligibilidade dos deslocamentos das estruturas na hierarquia da eficácia ou do deslocamento da “dominância” entre os níveis de toda a estrutura maior (19).

A totalidade social é impensável pela categoria hegeliana da contemporaneidade do presente. Diferentes níveis estruturados, como a infra-estrutura econômica e a superestrutura jurídica, política e ideológica, não podem coexistir no presente ideológico, hegeliano, com coincidência de presença temporal e presença de essência. “E, em consequência, o modelo de um **tempo contínuo e homogêneo**, que desempenha o papel de existência imediata, que é o lugar da existência imediata desta presença contínua, já não pode ser mantido como o tempo da história” (20).

(18) MARX – **Miséria da Filosofia**, pág. 95. Traduzimos e reduzimos o trecho transcrito por Althusser de **Para leer El Capital**, pág. 108.

(19) **Para leer El Capital** – pág. 109.

(20) Ob. cit., pág. 110.

Consoante Althusser, cada nível do todo tem um **tempo próprio**, relativamente autônomo, relativamente em não-depêndencia dos tempos dos outros níveis.

Esclarecimento: “para cada modo de produção há um tempo e uma história próprios, com cadências específicas ao desenvolvimento das forças produtivas; um tempo e uma história próprios às relações de produção, com cadências específicas; uma história própria da superestrutura política...; um tempo e uma história própria da filosofia...” (21).

Em cada história há cadências próprias e cada uma só pode ser conhecida se for determinado o **conceito** próprio de sua temporalidade histórica e de suas cadências (desenvolvimento contínuo, revoluções, rupturas etc.)

A relativa autonomia dos tempos e das histórias longe está, porém, de chegar à independência do todo porque os reúnem relações de articulação com o interior do todo.

4 – O PRINCÍPIO DA ESPECIFICIDADE DIFERENCIAL

Há uma especificidade diferencial fundada sobre as relações diferenciais existentes no todo e entre os diferentes níveis: o modo e o grau de dependência de cada nível no conjunto articulado do todo. Conceber a “independência relativa” de uma história e de um nível é definir sua “relatividade”, i. e, o tipo de **dependência** que produz e fixa esse modo de independência “relativa” como seu resultado necessário.

O princípio de Althusser, a que chamamos **princípio da especificidade diferencial**, possibilita a existência de **histórias** diferentes na correspondência respectiva a cada um dos níveis: uma história econômica, uma história política, uma história das religiões, uma história das ideologias, uma história da filosofia etc. (22).

“Não basta dizer, com os historiadores modernos, que há periodizações diferentes consoante diferentes tempos, cada tempo com seus ritmos, uns lentos, outros longos, pois para diferenças de ritmo e de cadência há fundamento de articulações, de deslocamento, de torção que enlaça entre si os diferentes tempos” (23).

(21) Ob. cit., pág. 110.

(22) Ob. cit., pág. 111.

(23) Ob. cit., pág. 111.

Não existem apenas tempos **visíveis** e mensuráveis, pois é preciso pôr o problema da existência dos tempos **invisíveis**, com ritmos e cadências invisíveis, a serem descobertos sob as aparências de cada tempo visível.

A leitura de “O Capital” mostra que “o tempo da produção econômica, sendo um tempo específico (diferente segundo os diferentes modos de produção) é, como tempo específico, um tempo complexo não-linear; é um tempo de tempos, um tempo complexo que não se pode ler na continuidade do tempo da vida ou dos reflexos, mas que é preciso **construir**, a partir das estruturas próprias da produção” (24). O tempo da produção econômica, no modo de produção capitalista, só é acessível em seu conceito que, “como todo conceito, não se “dá” jamais imediatamente, não é nunca legível na realidade visível; este conceito, como todo conceito, deve ser **produzido, construído**” (25).

Os tempos político, ideológico, teórico (da filosofia), o tempo científico ou o artístico também são **construídos**. O tempo da história da filosofia não é legível imediatamente; vemos na cronologia histórica sucederem-se os filósofos e tomar-se a seqüência pela história.

Ora, é preciso renunciar ao preconceito ideológico da sucessão do visível e começar a **construir o conceito de tempo da história da filosofia**, definindo-se a diferença específica do filosófico nas formações culturais existentes (sejam ideológicas ou científicas), com o que se definirá o filosófico como **Teórico**.

Será necessário ainda fixar as relações diferenciais do Teórico como tal com as diferentes práticas, com a ideologia e com o científico. Se forem definidas essas relações diferenciais, definir-se-á o tipo de articulação própria do Teórico (o filosófico) com outras realidades, ou definir-se-á a articulação própria da história da filosofia com as histórias das práticas diferentes, com as histórias das ideologias e a história das ciências.

Por fim, caberá definir na própria filosofia a realidade específica que constitui as próprias formações filosóficas, realidade que é necessária para pensar a própria possibilidade dos **acontecimentos filosóficos**.

5 – DEFINIÇÃO DE FATO HISTÓRICO E CONCEITO DE HISTÓRIA

Há uma tarefa teórica para se produzir o conceito de história: há que se dar uma definição rigorosa do **fato histórico como tal**.

(24) e (25) Ob. cit., págs. 111 e 112.

Definem-se como fatos históricos: **os fatos que produzem mudança nas relações estruturais existentes** (26).

Ocorrem **fatos filosóficos** na história da filosofia, **acontecimentos filosóficos de envergadura histórica**, vale dizer: “**fatos filosóficos** que produzem uma mudança real **nas relações estruturais filosóficas existentes**, i.e., **na problemática teórica existente**”, ainda que não sejam sempre visíveis ou que sejam escondidos. Exemplos:

A mudança da problemática dogmática clássica pelo empirismo de Locke, que dominou o século XVIII, Kant, Fichte e até a Hegel. Este fato histórico de grande envergadura e de importância cardeal para a compreensão do idealismo alemão de Kant a Hegel, poucas vezes foi apreciado em sua verdadeira profundidade.

Uma revolução teórica sem precedentes na história da filosofia — o pensamento de Spinoza —, é a maior revolução filosófica de todos os tempos, ao ponto de ser Spinoza, filosoficamente, o único antepassado direto de Marx; entretanto, esta filosofia foi objeto de espantosa recusa histórica (27).

A construção do conceito de história **produz “uma realidade que nada tem que ver com a seqüência visível dos acontecimentos registrados pela crônica”** (grifos nossos; 28).

Há necessidade de se construírem os conceitos dos diferentes tempos históricos, que nunca são dados pela evidência da continuidade do tempo (supostamente divisível pela conveniência que dê o tempo da história numa periodização). Os conceitos dos diferentes tempos históricos serão construídos pela natureza diferencial e pela articulação diferencial do seu objeto na estrutura da totalidade.

“A verdadeira história não tem nada que permita lê-la na continuidade ideológica de um tempo ideal, do qual bastaria assinalar as cadências e cortar; possui, pelo contrário, uma temporalidade própria extremamente complexa e, desde logo, perfeitamente paradóxica com respeito à simplicidade surpreendente do preconceito ideológico” (29).

A coexistência dada pelo corte de essência não descobre nenhuma essência onipresente que seja o próprio presente de cada um dos

(26) Ob. cit., pág. 112.

(27) Ob. cit., pág. 112 e 113.

(28) Ibidem.

(29) Ob. cit., pág. 114.

“níveis”. O corte que “vale” para o nível político não corresponde em absoluto aos níveis econômico, ideológico, estético, filosófico ou científico, que têm outros tempos, com outros cortes, ritmos e cadências. O presente de um nível é ausência de outro e a coexistência de uma “presença” e de ausências é o efeito do desfoque articulado da estrutura total (30).

De conseguinte, a teoria do tempo histórico de **Althusser** permite fundamentar uma história de diferentes níveis em sua autonomia relativa. Mas não se deduz disto que a história seja a justaposição de diferentes histórias relativamente autônomas, de diferentes temporalidades históricas em um mesmo tempo histórico.

6 – A TEORIA DA HISTÓRIA, PARA ALTHUSSER

Repisando: **o conceito de história** não será empírico, histórico no sentido vulgar, uma vez que já dizia Spinoza: **o conceito de cão não pode ladrar** (31).

Pela epistemologia histórica de Althusser, a teoria da história tem de ser liberada de todo compromisso com a temporalidade empírica, o que equivale a ficar livre da concepção ideológica do tempo.

É ideologia o admitir que a teoria da história, **como teoria**, possa estar submetida às determinações “concretas” do “tempo histórico” sob o pretexto de que este “tempo histórico” é seu objeto. Este preconceito é o fundo do historicismo contemporâneo e “pretende fazer-nos confundir o objeto do conhecimento com o objeto real, afetando o objeto do conhecimento de “qualidades” próprias do objeto real do qual é conhecimento”. E é assim que “**o conhecimento da história não é histórico do mesmo modo que o conhecimento do açúcar não é açucarado**” (grifos nossos; 32).

As diferenças de estruturas temporais devem ser consideradas “como e **unicamente como** índices objetivos do modo de articulação dos diferentes elementos ou das diferentes estruturas” da totalidade. Se não é possível o “corte de essência” na história, é da unidade específica da estrutura complexa do todo que obteremos os conceitos de atrasos, adiantamentos, sobrevivências e desigualdades de desenvolvimento, coexistentes na estrutura do presente histórico real **o presente da conjuntura** (33).

(30) pág. 115.

(31) Ob. cit., pág. 116.

(32) Ob. cit., pág. 116.

(33) Ibidem, pág. 117.

A **temporalidade histórica diferencial** decorre de situar-se o lugar e pensar a função de um elemento ou de um nível em sua articulação própria e na configuração atual da totalidade. Com isto define-se sua **sobredeterminação** ou sua **subdeterminação** em função da estrutura total. Define-se também o **índice de determinação**, o **índice de eficácia** pelo qual um elemento ou uma subestrutura da totalidade ficam afetados.

“Por **índice de eficácia** — explica Althusser — podemos entender o caráter de determinação mais ou menos “paradójico”, de um elemento ou estrutura dada, no mecanismo atual do todo. E isto é outra coisa que a teoria da conjuntura, indispensável para a teoria da história” (34).

7 — AS CONCLUSÕES DE ALTHUSSER

Depois dessas análises e sínteses reflexivas, Althusser tira duas primeiras conclusões: uma sobre os conceitos de sincronia e diacronia e outra sobre o conceito de história.

Portanto, 1) o par sincronia-diacronia leva a um desconhecimento porque, tomando algo como conhecimento, ficamos com o vazio epistemológico — o pleno ideológico, na plenitude de uma concepção ideológica da história cujo tempo é **contínuo-homogêneo/contemporâneo de si mesmo**.

Ora, se é falsa a concepção ideológica da história, o par também é falso.

Todavia, a operação epistemológica, da qual o par é a reflexão inconsciente, despojada do ideológico, permanece. O que é visualizado pela sincronia não é a presença **temporal do objeto real** mas é a presença de **outro objeto**: não é a presença temporal do objeto concreto em um “tempo histórico da presença histórica do objeto histórico”, mas sim “a presença” (ou “tempo”) **do objeto de conhecimento da própria análise teórica**, a essência do conhecimento.

É a concepção ideológica da sincronia (da contemporaneidade da essência em si) que fundamenta a concepção ideológica da diacronia. Esta se reduz ao acontecer e aos efeitos do acontecer na estrutura do sincrônico: o histórico é portanto o imprevisto, o azar, o fato singular que acontece contingentemente no contínuo vazio do tempo.

Althusser põe-se contra uma “história estrutural” e contra os “problemas terríveis cuja reflexão laboriosa” aparece em **Antropologia Estrutural** de Lévi-Strauss: “por meio de que milagre um tempo vazio e acontecimentos pontuais podiam provocar des- e reestruturas do sincrônico? Uma vez posta em seu lugar a sincronia, o sentido “concreto” da diacronia cai, e ainda aqui dela somente fica seu possível uso epistemológico, com a condição de se lhe aplicar uma conversão teórica, e considerá-la em seu verdadeiro sentido como uma categoria não do concreto mas do conhecer” (34).

2) **O conceito de tempo histórico** pode ser definido somente pela condição de fundamentar-se na estrutura complexa e dominante, de articulações diferenciais, da totalidade social. O conteúdo do tempo histórico somente é possível se o definirmos “como a forma específica da existência da totalidade social considerada, existência na qual intervêm diferentes níveis estruturais de temporalidade”.

Não existe história em geral: existem estruturas específicas de historicidade fundadas nas estruturas específicas dos diferentes modos de produção e determinadas formações sociais, que só tem sentido em função da essência da complexidade própria dessas totalidades.

“Esta definição de tempo histórico por seu conceito **teórico** interessa diretamente aos historiadores e à sua prática, posto que chama a atenção sobre a ideologia empirista que domina massivamente, com algumas exceções, em todas as variedades de história (seja a história em sentido amplo ou a história especializada, econômica, social, política, a história da arte, da literatura, da filosofia, das ciências etc.)” (35).

Esses historiadores têm por teoria sua metodologia (regras práticas de crítica dos documentos e do estabelecimento dos fatos). E têm por objeto teórico o seu objeto “concreto”. O que falta à história é o encarar o problema essencial para qualquer ciência: o problema da natureza e da constituição de sua **teoria** (a teoria interior à própria ciência, o sistema do conceito teórico que fundamenta todo método e toda prática e que define seu objeto teórico).

É um fato que “a teoria da história, em sentido estrito, não existe” ou mal existe.

(34) Ob. cit., págs. 118 e 119.

(35) Ob. cit., pág. 119.

“No dia em que a história exista como teoria, no sentido que se acaba de precisar, sua dupla existência como ciência teórica e como ciência aplicada não colocará mais problemas que a dupla existência da teoria marxista da economia política como ciência teórica e ciência aplicada. Nesse dia, o desequilíbrio teórico do par contestado: ciência abstrata da economia política/ciência pretendidamente “concreta” da história, terá desaparecido...” (36).

Consoante Althusser, a confusão entre a história como teoria da história e a história como pretensa “ciência do concreto” cria mal-entendidos e falsos problemas. Dos mal-entendidos há produção de conceitos ideológicos como função de **encher a distância**, i. e, o vazio existente entre a parte teórica da história e a história empírica, como os clássicos pares: essência/fenômeno, necessidade/contingência. Como “problema”: a ação do indivíduo na história.

Dos conceitos ideológicos, Althusser mostra dois paralogismos:

A hipótese economicista ou mecanicista explica tanto o não-econômico como o fenômeno do econômico, sua essência, por esta operação:

– o teórico (o “abstrato”) é a economia – o empírico, o “concreto”, é o não-econômico (o político, o ideológico etc.).

– o “fenômeno” é o concreto, o empírico – a essência é o abstrato, o não-empírico, a verdade do fenômeno.

Logo, pela relação entre o teórico (econômico) e o empírico (não-econômico), põe-se o conhecimento de um objeto pela existência de outro (37).

Do par necessidade/contingência, ou necessidade/acaso, procura-se encher a distância entre o teórico de um objeto (a economia) e o não-teórico, o empírico de outro objeto (o não-econômico).

A “necessidade” designa um **conhecimento** (ex.: na economia a lei de determinação em última instância) e as “circunstâncias” designam **o que não é conhecido**.

Mas, ao invés dessa comparação de conhecimento com não-conhecimento, põe-se o não-conhecimento entre parênteses e se substitui pela **existência empírica** do objeto não-conhecido (a circunstância, os dados contingentes etc.). Daí outro paralogismo:

(36) Ob. cit., pág. 121.

(37) Ob. cit., págs. 121 – 122.

– O conhecimento de um objeto determinado (a necessidade, no econômico) **compara-se** com a existência empírica de outro objeto (as “circunstâncias” políticas ou outras, das quais se diz que nelas a “necessidade” abre caminho).

3) Para Althusser o problema do “papel do indivíduo na história” é a forma mais célebre desse paralogismo: confronta-se o teórico ou conhecimento de um objeto definido com a realidade empírica, “diabolicamente importante”, que é a ação individual. Há o curto-circuito paralógico: compara-se ilegitimamente o conhecimento de certo objeto com a existência empírica de outro.

O falso problema do “papel do indivíduo na história” é, contudo, indício do verdadeiro problema que depende da teoria da história: o problema do conceito das **formas de existência históricas da individualidade**. Mas o modo de existência histórica da individualidade, em dado modo de produção, não se lê de pronto “na história”. É um conceito que deve ser **construído**.

Há que ser posto o problema teórico real: o das formas de existência histórica da individualidade (38).

Althusser entende que não se pode estabelecer correspondência biunívoca entre os termos de “uma ordem de sucessão dos conceitos no discurso da demonstração científica” e, de outro lado, a ordem genética da história real. Há uma distinção fundamental entre o objeto do conhecimento e o objeto real, entre o “desenvolvimento das formas” do conceito no conhecimento e o desenvolvimento das categorias reais na história concreta.

Não existe uma relação entre as duas ordens e um problema sobre essa relação não pode ser resolvido porque é **um problema que não existe** (39).

8 – CONCLUSÕES NOSSAS

1 – Se a **teoria, o conhecimento**, não é um instrumento empírico dentre outros, se uma teoria do conhecimento ou **modelo** não é uma forma de pragmatismo teórico, continua não resolvido o **problema secular da ponte** entre o conhecimento (o teórico, o conhecido na consciência, portanto) e o real, o concreto.

(38) Ob. cit., pág. 123.

(39) Ob. cit., págs. 126 – 127.

Essa **distância** entre o conhecido como cognoto e o real concreto, de qualquer modo tem de ser preenchida e Althusser não nos diz como.

2 — É preciso ter por transparentes os textos de Althusser e ver, **por eles**, sua epistemologia (uma filosofia das ciências concordada com o materialismo dialético) e uma gnosilogia (uma teoria do conhecimento que parte do real concreto (uma totalidade ou estrutura total e subttotalidades ou subestruturas, como conhecido), mas real concreto sempre como uno, o **objeto**, e não aquilo que o empirismo faz: a dicotomia de **objeto concreto** e **objeto essencial**, com o conhecimento, por abstração, a compreender só ao essencial... deixando o restante, que é concreto, real, como escória da qual se tirou a essência-ouro...(40).

3 — Inegavelmente, há uma proximidade do pensamento de Althusser com a epistemologia de Bachelard: a rejeição da teoria ideológica, para que se consiga um objeto de conhecimento do objeto real e concreto, corresponde à superação do “obstáculo epistemológico”.

O “corte epistemológico” de Bachelard é ruptura com ideologias, é “uma dialética de liquidação do passado” ou “reformulação em um corpo teórico” (41). E é o “corte de essência” que possibilita destruir o que resta do empirismo e da percepção do senso comum quanto à história e ao tempo histórico. O conhecimento (científico e “teórico”, consoante Althusser) é sempre **reforma de uma ilusão**, como no pensamento de Bachelard. O conhecimento do real, em ambos, é reorganização-reconstrução do real pela razão (pelos conceitos reconstruídos, em Althusser, dados os seus compromissos...).

Fiquemos, porém, mais com o texto.

4 — Althusser caminha, depois de Engels da “Carta a Bloch”, para melhor compreensão da totalidade social que aquela de Marx. A **sobredeterminação** — o primado “em última instância” do econômico, — acaba de vez com o determinismo absoluto do fato econômico.

5 — O pecado cardinal de Marx, permanente como não poderia deixar de ser na teoria marxista de Althusser, foi não só o eleger o determinante de toda a dinâmica social — a contradição entre as forças de produção e as relações de produção — mas ainda a aniquilação (teórica), pelo ateísmo expresso, do religioso como possível componente estrutural da

(40) V. pág. 46 de **Para leer El Capital**.

(41) JAPIASSU — **Para ler Bachelard**, pág. 168.

totalidade social (que é de entes humanos que pensam, “homines sapientes”, e de homens que sentem um Absoluto, “homines religiosi”).

A religião não faz o homem, nem o homem constrói o **cerne** da religião, embora esteja sempre a preparar suas exterioridades. A religião, como a episteme, a prática, a ética, a política, o estético, o lúdico, mais a libido, **são o homem**.

A verdadeira realidade humana inclui o religioso, que é modo de anseio e busca do Absoluto. Ainda que o Absoluto não exista (dirá um objetante que tudo é contingente; logo...), anseio e busca de Algo existem e não são excepcionais no viver humano. A exceção é, ao contrário, a a-religiosidade.

Um as referências irônicas de Althusser **ao religioso**, no texto, e sua afirmação de que o concreto e a vida podem ser pretexto para “mascarar desígnios apologéticos”, lembrou-nos a arredondada afirmação marxista de 1844 de que a religião que “é o soluço da criatura oprimida, é o significado real de um mundo sem coração” e é, igualmente, “o ópio do povo” (42). Mas Althusser reconhece que a religião é “uma realidade social objetiva” porque a ideologia, da qual faz parte, também o é (43).

6 — Se admitirmos, com Althusser, a **sobredeterminação**, não podemos continuar falando de **dois níveis** da estrutura. O econômico (a contradição entre as forças de produção e as relações de produção), permanecendo como o primacial em última instância, não justifica a sustentação de **um modelo** com os dois níveis: infra-estrutura e superestrutura pois os **fatores** de mudança e de desenvolvimento social (da história invisível), sendo múltiplos e simultâneos, ao gerarem a **sobredeterminação** geram também distintas **fases** (de **fâsis**, aparição) das transformações sociais, múltiplas fases, porém.

No texto analisado, Althusser fala de **instâncias**, **ritmos** e **cadências** nas transformações da totalidade social sem nos dizer quais são os conceitos correspondentes a estes termos.

Aliás, o “modelo” infra-estrutura/superestrutura construiu-se pelo pressuposto do conflito e da contradição de duas classes e, portanto, do econômico real, a infra-estrutura, frente a um tipo de superestrutura, a do capitalismo:

classe dominante — a burguesia ou
o capitalismo

superestrutura — ideologia
(filosofia, política, religião, a eco-
nomia clássica ...)
o abstrato

classe dominada — o proletariado

infra-estrutura — base econômica de-
terminante — prática do proletaria-
do. O concreto, o real.

7 — Concordamos com Althusser quando nos revela a história, o tempo histórico exurgente dos movimentos das subestruturas (movimento mais acelerado ou mais lento; movimento nulo, movimento negativo) que, na coexistência do todo social, acabam por dar uma resultante dinâmica do processo total das transformações da estrutura maior.

8 — Mas toda a questão da teoria do tempo histórico tem por pressuposto necessário, epistemológico, a resolução do **problema do tempo**.

Se o fundamental da história é o movimento — as transformações — da totalidade social, e o tempo é movimento; havendo na sociedade uma pluralidade de movimentos, haverá uma pluralidade de histórias e uma pluralidade de ritmos ou cadências, como diz Althusser; e, como entendemos, “ritmos e cadências”. Razão pela qual não se pode falar de tempo homogêneo.

Há necessidade, porém, do consenso de que tempo seja movimento. Agora, a questão passa à ontologia.

9 — Em síntese, pela leitura desse texto de Althusser, de sua densidade e de sua transparência, compreendemos que:

a) A **história** — a verdadeira história — tem uma temporalidade própria e muito diversa daquela da história decorrente de “uma continuidade ideológica de um tempo ideal” (o tempo continuidade-homogênea de Hegel).

O conceito de história não pode ser elaborado pelo empírico (“O conceito de cão não pode ladrar...”). Um objeto de conhecimento ideológico não pode corresponder ao objeto real, concreto.

b) **Tempo histórico** é forma específica de existência dos diferentes níveis da totalidade social (V. em 7, 2). É como a marca que o modo

de produção dá à estrutura social em cada época das transformações econômicas. Mas como na superestrutura, pela ideologia, não se percebe isto, para distintos níveis da estrutura, há diferentes tempos históricos, diferentes histórias.

c) **Fato histórico** é o fato que produz mudança ou transformação na estrutura social.

d) O "papel do indivíduo na história" é um falso problema. **O problema teórico real** é o da "forma de existência histórica da individualidade" que, por certo, será a forma da existência de sua sociedade, de sua classe, de seu grupo.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Étienne – PARA LEER EL CAPITAL – Siglo Veintiuno Eds., 1972, México, 6ª ed. (trad. da 1ª ed. francesa, Lib. François, Maspero, Paris).
- 2 – ALTHUSSER, Louis – LA REVOLUCIÓN TEÓRICA DE MARX – Siglo Veintiuno Eds., 1975, México, 13ª ed. (trad. da 1ª ed. francesa, Lib. François Maspero, Paris, sub tit. "Pour Marx").
- 3 – ALTHUSSER, Louis – ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA MARXISTA, Zahar Eds., 1967, Rio de Janeiro (trad. de "Pour Marx", ed. de 1966).
- 4 – HEGEL, Guillermo Federico – FILOSOFIA DE LA LÓGICA Y DE LA NATURALEZA – De Enciclopedia de las Ciencias Filosóficas – Editorial Claridad, 1974, Buenos Aires, 2ª ed.
- 5 – HEGEL, Guillermo Federico – FILOSOFIA DEL DERECHO – Introducción de C. Marx – Editorial Claridad, 1944, Buenos Aires, 3ª ed.
- 6 – JAPIASSU, Hílton – PARA LER BACHELARD, Livr. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.